

O fim da cumplicidade?

por António Makwala (AIM)

Uma fonte não-oficial em Lisboa disse à «AIM» que as autoridades portuguesas estão a investigar a actividade de elementos suspeitos de ligação com os bandos armados que actuam em Moçambique.

Nos últimos anos a capital portuguesa tem sido uma das principais bases para as acções de propaganda de Pretória e do seu braço armado para Moçambique contra a RPM.

A mesma fonte acrescentou que participam nas investigações a Polícia Judiciária e a Polícia de Segurança Pública.

De acordo com a fonte da «AIM», as investigações sobre o MNR decorrem em paralelo com uma acção de vigilância em relação a angolanos residentes em Portugal suspeitos de ligação com a «Operação Kubango» — uma operação militar montada pela África do Sul visando um golpe de Estado contra o Governo legítimo do MPLA, e recentemente denunciado pelo semanário português «Expresso».

No que diz respeito às actividades anti-angolanas em Lisboa, calculam-se que estejam envolvidos uma dezena de indivíduos na denunciada «Operação Kubango». Há também notícias de que as autoridades portuguesas estão a controlar a chegada a Lisboa de cidadãos angolanos provenientes de Angola e de outros países.

Na sua última edição, o semanário português «O Jornal» dizia que uma fonte governamental não identificada havia confirmado ao semanário informações anteriores segundo as quais o Governo português tinha ordenado uma investigação sobre actividades anti-Moçambique na capital portuguesa.

«O Jornal» citava essa fonte governamental como tendo dito que «o Executivo deseja tornar clara» a sua posição contra «qualquer actividade que signifique indevida interferência nos

assuntos internos da RPM ou que de alguma forma possa afectar as excelentes relações que Portugal mantém com aquele país africano».

Desde a sua criação na Rodésia de Ian Smith que uma parte significativa da propaganda sul-africana sobre as acções do MNR tem sido lançada a partir de Lisboa.

As acções dos bandos armados em Moçambique são transmitidas por rádio para a África do Sul, e daqui para Lisboa, também via rádio. A Lisboa chega a ordem do que noticiar e como.

A partir das visitas do Presidente português, General Ramalho Eanes, e do Primeiro-Ministro Pinto Balsemão a Moçambique — em Novembro de 81 e Junho de 82, respectivamente — que a acção de propaganda passou a incluir ameaças a Portugal, às suas instituições de soberania e aos cooperantes portugueses em Moçambique. Foi, inclusive, em Lisboa que Pretória pôs o seu MNR a reivindicar o rapto e assassinato de cooperantes portugueses, com grande destaque na imprensa de direita. Isto foi feito com tal impunidade que acabou por contribuir para uma crescente imagem anti-patriótica do Governo português, quer em Portugal quer no estrangeiro.

Quando da visita de Pinto Balsemão a Moçambique o Presidente moçambicano Samora Machel reuniu com as dezenas de empresários portugueses que acompanhavam Balsemão, dizendo-lhes que Moçambique representava para Portugal as portas abertas para a África Austral. O líder moçambicano explicou que isso viria ao encontro dos interesses dos dois países.

A compreensão deste interesse mútuo terá levado ministros do Governo português — António Correia, do Interior e Futscher Pereira, dos Negócios Estrangeiros — a fazerem declarações

públicas contra a utilização de Portugal como base para acções contra Moçambique.

No entanto, na prática, a situação não se alterou.

No fim do mês passado os Chefes de Estado de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe reuniram na Praia, Cabo Verde, e fizeram incluir na Declaração Final da Cimeira o seguinte: «Certos países com quem os nossos Estados mantêm relações normais de amizade permitem que os seus territórios sirvam de base de apoio para o fomento e preparação de acções subversivas e terroristas» contra Moçambique e Angola (principalmente mas não só). Os cinco Chefes de Estado concluíram que «a tolerância perante estas acções, que se traduzem na destruição de vidas e bens, torna-se na prática cumplicidade com os agressores dos nossos povos».

Isto foi interpretado como uma referência a Portugal, e como sinal de que caso as autoridades portuguesas não agissem poderiam ficar seriamente afectadas as já excelentes relações com Portugal assim como a crescente penetração dos produtos portugueses nos mercados dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa e noutras zonas de África onde a influência daqueles se faz sentir.

As notícias mais recentes provenientes de Lisboa indicam que a vigilância das autoridades portuguesas está a incidir quase exclusivamente sobre um elemento (cidadão português) que Pretória tem utilizado como «porta-voz» dos bandos armados. Ou estas notícias são incompletas — e o Governo português procura realmente atingir toda a rede — ou isso é verdade, o que implica, para Pretória, «sacrificar» o elemento mais à vista e salvaguardar a acção de outros mais encobertos a fim de prosseguir a sua utilização de Lisboa.